



A produção histórica de categorias de apreensão do aluno na educação portuguesa (1880-1900)*

Maria Cristina Soares de Gouvea**

Resumo:

O trabalho busca analisar, no interior deste processo de afirmação da escola como espaço formador das novas gerações ao longo do século XIX, um período delimitado (duas últimas décadas do século XIX), em um contexto nacional específico (Portugal), a produção de conhecimentos sobre o aluno (definido por seu pertencimento geracional: criança/jovem). Busca-se apreender, na produção discursiva sobre a criança/aluno e seus processos de desenvolvimento, a difusão de conhecimentos científicos, contemplando a análise de suas matrizes epistêmicas. Tem-se como fonte as revistas de educação e ensino, compreendidas como dispositivos característicos daquele momento histórico de formação do professorado, circulação dos discursos científicos e afirmação dos especialistas como detentores de um saber socialmente legitimado. Verifica-se, por um lado, ao longo do período, a afirmação de uma ciência fundada no modelo positivista spenceriano. Por outro, observa-se o progressivo deslocamento de um paradigma histórico comtiano na análise dos processos de desenvolvimento da criança, para um referencial médico-higienista, voltado para a caracterização e medida dos caracteres fisiológicos dos alunos, indicativos de

* Este trabalho insere-se na pesquisa de pós-doutoramento: *A construção histórica da idade escolar: análise dos impressos pedagógicos portugueses*, em desenvolvimento na Universidade de Lisboa, sob orientação do Doutor Rogério Fernandes.

Apoio: CAPES (bolsa de pós-doutorado), CNPq (Bolsa de Produtividade e Edital Universal) e FAPEMIG (Programa Pesquisador Mineiro).

** Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em História da Educação (UFMG). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE/UFMG). Bolsista de Produtividade I-D CNPq.





seu nível de desenvolvimento mental, racialmente definido. Revela-se a tensão, característica da ciência oitocentista entre os termos raça/ história na explicação dos fenômenos individuais, sociais e culturais.

Palavras-chave:

Discursos; aluno; Portugal; Oitocentos.





The scientific apprehension about student on Portugal education (1880-1900): epistemological references

Maria Cristina Soares de Gouvea

Abstract:

The paper analyses the emergence of a scientific knowledge about the student, during the XIX century, student defined according to his generation identity. In this sense, we focus an national context (Portugal) and a specifically historical period (last decades of the century). The primary sources were the pedagogical magazines, that was used as strategical vehicule of scientific knowledge difusion, teacher education and improvement of pedagogical experts powerty. The scientificist perspective, refered to Spencer s positivist model of science, characterized the magazine. Into this perspective, is possible to identify the epistemological references of the scientific discourses about the individual development, that changed during the period. If in the first numbers of the vehicule, Comtes historical perspective of understanding the individual development was central, gradually lost its importance. The higienism, recorning to the concept of race to understand and quantificate the fisiological characters of the students turned to be the most important knowledge about the individual developmet, racially defined. So, the reserach demonstrate the tension beetwen race and history on the knowledge production about individual, cultural and social phenomenous during the XIX century, specially on investigations about individual development.

Keywords:

Discourse; students; Portugal; nineteen century.





As pesquisas mais recentes no campo da história da educação, fundadas no resgate de fontes primárias, têm indicado a importância do estudo nas sociedades ocidentais da segunda metade do século XIX. Tal período, de modo geral, pode ser caracterizado como de ordenamento dos sistemas de ensino, no intuito de estender a escolaridade elementar ao povo.

Verifica-se, no acúmulo das pesquisas historiográficas desenvolvidas nos distintos contextos nacionais, que se estabeleceram estratégias jurídicas e pedagógicas que garantissem às novas gerações o acesso à escola, tornando-a espaço privilegiado de formação. A extensão da escolaridade primária apresentava-se no discurso dirigente como possibilitadora do exercício do governo. A instrução elementar e a educação moral, exercidas no interior da escola, constituiriam fatores privilegiados de homogeneização social.

Como afirma Souza (2004, p. 8):

estudos que utilizam a teoria da difusão mundial da educação de massas demonstram que este modelo escolar se desenvolveu com relativa homogeneidade em todo o mundo, desde finais do século XIX, onde o modelo de nação-Estado apareceu, a despeito das variações internas, das especificidades sócio-econômicas, do aparato político, das diferenças étnicas e mesmo das religiões.

No que se refere às estratégias jurídicas, as leis de obrigatoriedade escolar implementadas nos distintos países, principalmente a partir de 1860, conformaram dispositivos que estabeleciam a escola como espaço da infância (ao definir uma identidade do aluno fundada no seu pertencimento geracional – crianças de 7/8 a 12/14 anos), responsabilidade do Estado (precisando o alcance da oferta da escola pública) e obrigação das famílias (punindo os pais “faltosos”).

Ao mesmo tempo, no que diz respeito às estratégias pedagógicas, buscou-se normatizar os sistemas escolares nacionais. Objetivo este fundado na produção e difusão de discursos e práticas voltados para a ordenação das ações pedagógicas (com ênfase nos métodos de ensino),





Maria Cristina Soares de GOUVEA

profissionalização docente (através da conformação de espaços de formação e definição dos contornos do ofício do professor) e produção de saberes sobre o aluno (por meio do diálogo crescente com a psicologia).

Tendo em vista tal panorama, busco analisar um dos aspectos centrais nesse movimento, qual seja, a produção de saberes sobre o aluno, que deveria sustentar as práticas pedagógicas escolares. Para tal, situo a investigação em um determinado período histórico (as duas últimas décadas do século XIX), em um contexto nacional específico (Portugal), quando se experimenta uma efervescência discursiva em torno da escola e das estratégias de sua efetivação. Acredito serem tal período e contexto nacional privilegiados para a compreensão das permanências e dos deslocamentos nos discursos e práticas pedagógicas de afirmação da escola, em que diferentes posições e propostas se confrontam na cena educacional lusitana.

No interior de tal problemática e no diálogo com a farta e densa produção portuguesa sobre a época¹ no campo da história da educação, tomo como fonte privilegiada a imprensa educacional, ou como nomeia Nóvoa (2003), as revistas de educação e ensino². Mais exatamente, a *Revista de Educação e Ensino*³, mais importante publicação educacional

1. A respeito da temática no período indicado, vide, entre outros, Fernandes e Magalhães (org.), *Para a história do ensino liceal em Portugal*, Braga: Universidade do Minho, 1999; Cândida Proença, *A reforma Jayme Moniz*, Lisboa: Colibri, 1997; João Barroso, *Os liceus: organização pedagógica e administração (1836-1960)*, Lisboa: Fundação Gulbekian, 1995; Jorge Ramos do O, *O governo de si mesmo*, Lisboa: Educa, 2003; António Nóvoa, *Do mestre-escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XVI-XX)*, Lisboa: Universidade Técnica, 1986; Rogério Fernandes, *A pedagogia portuguesa contemporânea*, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979; António Candeias (org.), *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2004; Maria João Cardona, *Para a história da educação da infância em Portugal: o discurso oficial (1834-1990)*, Porto: Ed. do Porto, 1997.
2. António Nóvoa utiliza o termo “revistas de educação e ensino”, em substituição à designação “revistas pedagógicas”, por considerar que a pedagogia ainda se encontrava em conformação em tal período histórico, sendo o termo portanto inadequado.
3. Irei utilizar a abreviatura do título de tal periódico (*REE*) ao recorrer às citações dele.





do final dos Oitocentos, voltada para a produção e difusão de discursos sobre a escola e seus sujeitos, notadamente o aluno. A partir da análise de tal revista, tenho como pano de fundo o diálogo com dois outros periódicos de educação do período: *A Educação Nacional* e *O Ensino*⁴. Esses eram também veículos de difusão de saberes e práticas sobre a escola (Nóvoa, 1993), apresentando, no entanto, perfil diferenciado da *Revista de Educação e Ensino*.

Cabe indicar que entendo haver uma clara distinção, principalmente no período indicado, entre as questões discutidas pelos especialistas nos periódicos e as tensões referentes ao cotidiano escolar. Não necessariamente os discursos elaborados por sujeitos sociais investidos do lugar de saber/poder do campo científico repercutiam nas práticas escolares cotidianas, tendo em vista a diferenciação e autonomia de tais instâncias. As práticas docentes levaram à produção de discursos e saberes expressos em outros espaços de circulação, questão que demanda o recurso a fontes diversas das aqui analisadas. Cumpre apreender os textos dos periódicos como produções discursivas relativas a um espaço de difusão e legitimação distinto das desenvolvidas pelo professorado. Esses discursos, além de circularem em espaços distintos, têm valor diferenciado, expressando o prestígio profissional, o lugar social de seus autores e de seus espaços de produção e recepção (Gouvea, 2008).

É importante destacar que os periódicos, principalmente no período indicado, buscavam fazer circular um discurso normatizador e modelar. Este deveria ser absorvido pelo professorado seja para subsidiar sua prática, seja para lhe conferir capital cultural. Os editoriais da *Revista de Educação e Ensino* explicitavam seu papel difusor de saberes dotados de legitimidade devido à posição social de destaque de seus autores, reconhecidos como representantes da intelectualida-

4. Foram analisados os números das revistas presentes na Biblioteca Nacional de Lisboa: *Revista de Educação e Ensino* (J1475 B), contemplando toda a produção do periódico (1886 a 1900), *O Ensino* (J1342 B), contemplando também toda a produção (1885 a 1890) e *A Educação Nacional* (J1731 M), com análise dos exemplares de 1896 a 1900. Para melhor caracterização dos periódicos, vide Nóvoa (2005) e Fernandes (2004 e 2007).





Maria Cristina Soares de GOUVEA

de lusitana. Eram basicamente especialistas inseridos em diferentes campos do conhecimento (médicos, educadores, juristas, políticos e intelectuais) e espaços institucionais (Escolas Normais, jornais, partidos políticos, órgãos de governo, clínica e docência médica), muitos destes diretamente envolvidos na produção e efetivação de políticas públicas educacionais, através da participação nas reformas pedagógicas do período.

No editorial de 1889, a Revista expressava nos seguintes termos sua linha e relação com o público leitor:

a Revista de Educação e Ensino deve pelo seu espírito condensar em forma acessível as recentes aquisições metodológicas, vulgarizando os preceitos científicos e pedagógicos e, desse modo, colocar-se a serviço da regeneração do nosso ensino público, sobretudo no nosso grau secundário, onde além do mais falta uma escola normal (*REE*, 1889, p. 7).

O periódico estabelecia uma relação comparativa com os demais impressos de divulgação do conhecimento, afirmando o caráter moderno do veículo. Ao mesmo tempo, contrapunha-se à enciclopédia, por entender que as revistas tinham uma identidade afinada com a especialização científica, característica do século XIX. Contrapunha-se também ao livro, por apresentar-se como veículo dotado de maior dinamismo. Era a contemporaneidade do impresso que se pretendia proclamar, identificado com as necessidades de atualização do conhecimento peculiares ao século XIX:

o engrossamento da corrente científica trouxe a necessidade do manual e da revista que é o fracionamento e a especialização oposta à enciclopédia de outros tempos [...] o jornal contempla e aperfeiçoa o livro. Este representa a ciência estática, isto é, num certo período, num certo momento, numa determinada ordem de ideias e fatos. O jornal ou revista periódica representa a ciência dinâmica, na materialidade dos seus processos e dos seus resultados, na multiplicidade de suas aplicações, na transformação evolutiva das ideias, que é a vida de uma ciência (*REE*, 1895, p. 8).





A Revista de Educação e Ensino no cenário educacional português

A revista analisada tem sido fonte privilegiada de estudos no campo da história da educação. Nos trabalhos de Nóvoa (1993), Fernandes (2004, 2007) e Souza (2004), faz-se uma descrição da materialidade do periódico, aspecto que não contemplarei neste estudo. No dizer de Nóvoa: “a revista contemplava três núcleos temáticos: questões de natureza pedagógica e educativa, análise e crítica dos sistemas educativos e divulgação dos assuntos de natureza científica e cultural” (1993, p. 107).

O estudo do periódico revela sua contemporaneidade, fazendo circular as mais recentes produções científicas sobre a escola e o aluno, ultrapassando inclusive o âmbito escolar. Assim é que a revista tinha uma política de divulgação de obras pedagógicas, prontamente traduzidas (Compayré, Perez). Destaca-se também a divulgação do inquérito produzido por A. Mac Dougall nos EUA, pesquisa extremamente significativa, por ter sido um dos primeiros estudos antropométricos realizados com grandes populações, no interior da escola. Tal inquérito foi primeiro traduzido para o português (1896), tendo sido posteriormente divulgado em publicações escolares francesas e espanholas.

Observa-se um dinâmico trânsito de textos, notícias de congressos, divulgação de pesquisas entre os periódicos europeus, notadamente, bem como alguns latino-americanos. A revista contava com uma seção de bibliografia recebida, em que se noticiavam as mais novas publicações pedagógicas e científicas enviadas ao veículo, como também os números mais recentes de publicações estrangeiras.

Um traço do periódico, portanto, era sua presença internacional. Tratava-se não apenas da recepção sistemática da produção estrangeira mais recente. A revista fazia circular artigos de seus colaboradores em periódicos de outros países, como a tradução para espanhol do livro de Bernardino Machado (*Notas de um pai*) e de artigos de Bethencourt Ferreira.

Esses aspectos indicam a enorme circulação de obras e autores no cenário educacional internacional, destacadamente o centro europeu.





Maria Cristina Soares de GOUVEA

Aliava-se à difusão das revistas a realização de congressos internacionais voltados para educação e temas correlatos, cuja programação era divulgada pelo periódico, conclamando-se as autoridades governamentais a possibilitar a participação lusitana, garantia de inserção em um cenário internacionalizado.

Fazia-se presente também a publicação de relatórios relativos a missões de estudos desenvolvidas por educadores, voltadas para análise dos sistemas escolares de outros países. A revista fez circular relatórios dando conta da organização das escolas sueca e finlandesa, bem como publicou uma série de reportagens sobre o funcionamento da escola norte-americana. Observa-se, nesse movimento, o progressivo destaque dado ao diálogo com a produção norte-americana, e com o deslocamento em relação ao diálogo anterior centrado nos modelos germânico e francês, que sempre tiveram importância na publicação.

Além da contemporaneidade e do caráter internacional da revista, ressalta-se a diversidade de autores, perspectivas de análise e temas abordados, conferindo à publicação um caráter propositadamente pluralista. Embora fosse possível detectar posições dominantes, o periódico caracterizou-se pela multiplicidade de pontos de vista ali expostos, podendo indicar não ter havido uma postura de censura a posições diversas, algumas claramente opostas⁵. Isso conferiu ao impresso um caráter dinâmico, em que as polêmicas não eram escamoteadas, nem as diferenças desconsideradas. De acordo com essa perspectiva, eram publicados textos de autores identificados com o discurso religioso católico, de divulgação da religião e cultura hebraica, textos de autores defensores da laicização do ensino, outros afinados com a perspectiva positivista, outros ainda identificados com a divulgação dos conhecimentos produzidos no interior do campo médico ou biológico etc. Destaca-se, no entanto, um traço comum ao longo da história do periódico, qual seja, seu forte cientificismo, expresso na defesa da divulgação do conhecimento acadêmico como estratégia de formação do professorado e qualificação da escola portuguesa.

5. No estudo das fontes primárias e secundárias, não investiguei se houve censura ou restrição na publicação de algum texto, não sendo possível uma afirmação definitiva.





Considerando as demais publicações pedagógicas nacionais, destacadamente *A Educação Nacional* (1896/1976) e *O Ensino* (1885/1890), verifica-se o perfil diferenciado do veículo. Embora esses também tenham tido enorme circulação à época, caracterizavam-se por um perfil identificado com os docentes e suas reivindicações. Essas revistas divulgaram sistematicamente as questões relativas às condições de trabalho do professorado, promoveram os primeiros congressos profissionais, assumindo uma posição crítica em relação às diferentes reformas implementadas ao longo do período, principalmente a Reforma Jayme Moniz⁶. Ocuparam também papel de destaque na conformação do movimento associativista docente, tão ativo no período estudado (Gouvea, 2008).

Ao contrário, a *Revista de Educação e Ensino* buscava difundir os conhecimentos de especialistas identificados com o campo científico. A *Revista* não trazia marcas da interlocução com os professores (cartas, consultas, comentários sobre questões do cotidiano ou do associativismo docente) próprios dos citados anteriormente. Embora os textos dos autores e os editoriais insistentemente veiculassem a importância do acesso ao conhecimento científico por parte do professorado, de maneira que garantisse a qualificação de seu trabalho, não estabelecia maior diálogo com o cotidiano profissional. Verifica-se, na verdade, a presença de um discurso desqualificador do docente, representado como mal preparado para o exercício do ofício. Diante disso, a ação do periódico era fazer circular os saberes científicos, em uma posição distinta dos demais veículos que lhe eram contemporâneos.

Na tensão entre esses discursos ocorre o que Escolano define como:

la interdependência entre la desvaloración de la profesión docente y de los profesores como productores de conocimiento, así como la correspondiente aparición de nuevos grupos de expertos que se afirman como autoridad científica en el cargo de la educación (1999, p. 25).

6. Reforma de Ensino implementada em 1894/1895, voltada principalmente para o ensino secundário e fundada no modelo educacional germânico.





Maria Cristina Soares de GOUVEA

A análise da *Revista de Educação e Ensino* indica, portanto, o processo de estruturação do campo científico acadêmico, voltado para a problemática educacional. É no período estudado que se constrói uma rede de dispositivos de afirmação e difusão dos saberes científicos (dentre os quais se destaca a produção de impressos), que deveriam dar resposta às questões postas pela educação, assim como conferir aos especialistas do campo um espaço de exercício de poder e intervenção social.

Como indica Maria Rita Garnel, ao analisar o poder dos médicos:

ao longo do século XIX e início do século XX, os médicos construíram um poder, tanto maior quanto mais conseguiram que sua voz fosse ouvida pelas instâncias do Estado e que as modificações dos comportamentos fossem interiorizadas pela população (2003, 252).

Outra característica a ser destacada no periódico era sua identificação com as reformas públicas de educação, no seu processo de implementação e efetivação, especialmente do ensino secundário, na que ficou conhecida como Reforma Jayme Moniz, tema que ocupou grande parte do espaço da publicação a partir de 1895.

Verifica-se, como indicado no editorial, que ao longo do período era a expansão do ensino secundário que ocupava a cena central nos debates em torno da educação portuguesa. Embora a extensão da escolaridade elementar ao grosso da população estivesse longe de ter sido efetivada, fato reiteradamente divulgado pelo periódico, através da publicação das estatísticas escolares, os artigos centravam-se nas polêmicas em torno da educação secundária.

O beneficiamento da educação secundária era entendido como estratégico na formulação das políticas educacionais:

a educação das classes que devem ser justificadamente dirigentes é uma necessidade por assim dizer ainda mais urgente porque a boa direção do povo depende essencialmente dos méritos das classes chamadas a influir nas ideias, a ministrar o ensino, a fazer progredir a ciência teórica, a aplicar a prática, a administrar o Estado (*REE*, 1896, p. 56).





Ao longo do período estudado, no cenário centro-europeu, era o ensino secundário que ocupava lugar central na pauta dos embates em torno da escolarização e nas definições das políticas educacionais. O ideário meritocrático burguês demandava a formação cultural e científica das classes dirigentes, dotadas de qualificação para o exercício do poder, qualificação que deveria ser transmitida nas escolas secundárias e superiores.

No caso de Portugal, cabe considerar os autores e possíveis leitores da revista, publicada em Lisboa, em um período de conformação de uma “burguesia esclarecida” (Proença, 1985, p. 231) na capital e com demandas diferenciadas em relação à escola do restante do país.

Verifica-se, na análise da estrutura discursiva dos textos, que se tinha como leitor modelo um sujeito com um nível de letramento capaz de compreender o vocabulário, as referências e a organização do texto científico. Por sua vez, os temas tratados relacionavam-se a questões escolares próprias dos extratos médios urbanos da população, discutindo fenômenos como fadiga escolar, apatia, miopia etc., a pertinência do ensino do alemão nas escolas, temas pouco afeitos às escolas primárias do interior do país, com problemáticas bastante distintas das contempladas pelo periódico.

Matrizes discursivas das representações sobre o aluno

Na discussão acerca da organização do trabalho pedagógico escolar, especialmente no que se refere à educação secundária, a questão da ordenação dos conteúdos aparecia como dimensão fundamental da prática docente. Na verdade, confrontam-se no período dois modelos de organização do ensino secundário: o modelo de ensino por disciplina e o modelo organizado em classes homogêneas, em uma escola graduada de acordo com o pertencimento etário dos alunos. O modelo de ensino por disciplina, então em funcionamento, era representado como retrógrado e pouco científico, enquanto o modelo por classes seria fundamentado





Maria Cristina Soares de GOUVEA

nas modernas descobertas das novas ciências, destacadamente a psicologia, que sustentava a ordenação de uma escola graduada em níveis de aprendizagem. No dizer de Bernardino Machado, os cursos dos liceus deveriam desenrolar-se: “numa série conjugada, termo a termo, com o desenvolvimento do aluno: eis o que se chama gradação [...] a única boa (organização do ensino) seria a de proporcioná-lo à idade”. O autor criticava o ensino por disciplina por este: “[...] amontoar num só ano o que deveria se tomar em vários, transformando o ensino liceal num enorme fracasso” (1899, p. 260-262 apud Ó, 2003, p. 200)⁷. Foi o modelo de escola graduada em classes de aprendizagem que se impôs na Reforma do Ensino Secundário de 1895, a chamada Reforma Jayme Moniz⁸.

O estudo dos processos de desenvolvimento do aluno seriam, portanto, fundamentais para o estabelecimento de uma escola secundária organizada em classes homogêneas, distribuídas por idade. Como se afirmava em um artigo da Revista:

o pedagogo precisa conhecer as formas sucessivas e simultâneas da evolução intelectual do homem, os elementos diversos de que se compõe sua vida psíquica e os diferentes fatores que atuam sobre estas funções. Fora destas condições não há verdadeiro ensino pedagógico, há rotina (*REE*, 1888, p. 260).

A revista defendia a centralidade do saber psicogenético na conformação do campo pedagógico, entendido como espaço de aplicação da ciência da moral⁹.

7. Bernardino Machado, colaborador da revista, foi um dos principais intelectuais do período em Portugal voltados para a organização do sistema escolar, tendo sido deputado e, posteriormente, Presidente da República.
8. Cabe destacar que tal reforma não foi a primeira proposta de reordenação do ensino liceal em Portugal, ao longo da centúria. Várias tentativas foram construídas anteriormente, sem que se conseguisse implementá-las de fato. Vide Ó (2003) e Proença (1997).
9. A moral é entendida como ciência no período, refletindo a centralidade que o termo assume no século XIX (Gay, 2003).





A produção histórica de categorias de apreensão

A psicologia está na raiz de todas as ciências morais pela sua investigação das leis do espírito que são o fundamento último delas, e de outro na raiz de todas as aplicações morais pela determinação e cálculo das aptidões e inclinações humanas sobre o qual repousa a obra da ação social (*REE*, 1890, p. 15).

Ao longo da existência do periódico, na fundamentação dos estudos psicogenéticos, observa-se um progressivo deslocamento de um referencial mais estritamente positivista de análise, para uma posição de divulgação da antropometria emergente, saberes que confeririam sustentação às discussões acerca dos processos de desenvolvimento do aluno.

O veículo conclamava os professores a conhecerem os processos de desenvolvimento do indivíduo, contemplando o estudo dos aspectos físicos, mentais e morais. A centralidade do saber psicológico na apreensão do aluno sustentava-se no diálogo com outros campos de conhecimento, dada a ainda incipiência da ciência psicogenética.

Propunha-se, nos primeiros números da revista, o estudo dos processos de desenvolvimento ontogenéticos, privilegiando a investigação da gênese das faculdades mentais. Para isso, as análises sustentavam-se em três matrizes teóricas, associadas à produção de distintos campos do conhecimento: a embriologia de Haeckel, o positivismo de Comte e o evolucionismo de Spencer.

Como indica Boto (2003, p. 106):

desde aqueles polêmicos anos 70, teóricos da educação portuguesa passariam a irradiar ideias que pontuavam o desenvolvimento infantil, em geral, trazendo a analogia entre tal processo individual e o processo de evolução da espécie.

Tal perspectiva era fundada nas descobertas de Haeckel. O embriologista alemão realizou estudos morfológicos voltados para o desenvolvimento embrionário, formulando a chamada hipótese da recapitulação, segundo a qual: “a ontogênese repete a filogênese”, frase síntese de suas investigações. Sua teoria postulava que o indivíduo, ao longo do seu processo de evolução individual, recapitulava o da espécie, relacionando os processos de evolução filogenéticos e ontogenéticos. Seu trabalho teve





Maria Cristina Soares de GOUVEA

profundo impacto à época, tanto na produção antropológica de Tylor¹⁰, quanto nos estudos psicogenéticos de Stuart Hall e Baldwin, bem como nos trabalhos de Spencer (ver Gouvea; Gerken, 2010).

Nos artigos do periódico, Haeckel era frequentemente citado:

a série de formas pelas quais passa o organismo individual, desde a célula primitiva, até o desenvolvimento pleno, é tão somente a repetição em miniatura da longa série de transformações plenas quais passavam os antepassados do mesmo organismo desde os tempos mais remotos até os nossos dias (*REE*, 1887, p. 78).

Os professores deveriam, na compreensão dos processos de desenvolvimento do aluno, recorrer ao estudo da evolução da espécie. Para isso, o conhecimento da história humana, ou mais exatamente da história da civilização (e não das civilizações), constituiria o principal referencial.

Para fundamentar a análise dos processos de evolução histórica da humanidade, recorreu-se sistematicamente à teoria dos três estágios postulada por Comte, a qual constituía a base para apreensão do desenvolvimento intelectual do aluno. Segundo o autor:

a evolução geral do espírito humano pode, de resto, ser facilmente verificada hoje, de maneira bem evidente, se bem que indireta, ao considerar-se o desenvolvimento da inteligência individual, sendo o ponto de partida necessariamente o mesmo na educação do indivíduo e na da espécie, as diversas fases principais da primeira devem representar épocas fundamentais da segunda. Ora, não se lembra cada um de nós, ao contemplar a sua própria história, que foi, sucessivamente, quanto as suas noções mais importantes, teológico na infância, metafísico na juventude e filosófico na maturidade? (Comte, 1848, p. 93).

A conjugação da teoria de Haeckel com a apropriação da doutrina positivista constituía modelo dominante nos meios educacionais do

10. A este respeito vide: Roque de Barros Laraia, *Cultura: um conceito antropológico*, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.





período, insistentemente divulgado nos diferentes artigos da revista, com citações frequentes de Stuart Mill, Comte e Spencer. Para Catroga (1998), a recepção do positivismo nos meios intelectuais portugueses do período é marcada pelo ecletismo, com um diálogo característico com o materialismo mecanicista, o darwinismo, o evolucionismo e o monismo de Haeckel, referências que povoam o periódico.

Proença (1985) afirma que nos meios intelectuais lusitanos a forte marca positivista se concentrava na referência aos três estágios de desenvolvimento lógico da humanidade que, no caso da educação, deveriam servir de parâmetro para análise dos processos de desenvolvimento individual.

Para a autora (idem, p. 233): “em Portugal, apesar de o positivismo ter encontrado bastante divulgação nos meios intelectuais, os seus projetos pedagógicos nunca conseguiram triunfar no campo do ensino secundário”. Assim, autores positivistas (destacando-se Teófilo Braga¹¹) nos artigos da revista divulgavam um modelo de ensino secundário voltado para o desenvolvimento de um saber utilitário, de acordo com a perspectiva positivista spenceriana da educação¹², em oposição ao modelo humanista defendido por Adolfo Coelho, que acabou por se impor na Reforma Jayme Moniz de 1895.

Além de tais autores, na análise dos processos de desenvolvimento ontogenéticos, o evolucionismo era referência constante, nem tanto na sua formulação darwiniana, mas através da leitura de Spencer. Na revista, o termo “evolução” era assim exposto:

Segundo esta teoria, todas as formas de matéria, atuais, passadas ou futuras, são produto de transformações evolutivas umas das outras, por isso que a matéria, ou antes a substância simples é uma só dotada de uma só propriedade,

11. Teófilo Braga foi o maior divulgador do positivismo em Portugal, tendo sido o editor do periódico *O positivismo*.
12. Spencer julgava fundamental, no dizer de Guedes: “proceder à determinação do valor relativo dos conhecimentos, não com o intuito de questionar se este ou aquele conhecimento tem valor, mas estabelecer uma hierarquia de conhecimentos que melhor se adapte às exigências da vida” (1999, p. 88).





Maria Cristina Soares de GOUVEA

o movimento. A verdade incontestável sobre a qual se assenta esta doutrina da transformação é: que todo ser está sujeito, de um extremo a outro de sua existência, a causas incessantes de variações e cujo efeito se faz sentir mais vivamente quanto mais perto o indivíduo está do início do seu desenvolvimento (REE, 1887, p. 216).

No livro *Principles of psychology* (1855), Spencer defendia que, no estudo da evolução do indivíduo humano, se deveria investigar os fenômenos psíquicos a partir de suas origens, analisando os processos de desenvolvimento, contemplando os elementos constitutivos do pensar. Toda a vida psíquica ou física resultaria de uma combinação de transformações, expressas em uma lei geral da evolução, concebida como invariável. Segundo o autor, a partir da vivência da criança até a consciência do adulto, a transição se faria por uma marcha lenta de um progresso mental, na qual a evolução da inteligência se daria a partir das formas de vida mais rudimentares até suas formas mais elevadas, expressas na vida adulta (1855)¹³. O autor estabelecia uma leitura anátomo-caracteriológica das relações entre os processos de evolução do indivíduo e da espécie.

Não espereis das crianças uma grande soma de bondade moral. Durante os primeiros anos, todo homem civilizado passa pelas fases de caráter, patentes pela raça bárbara de que descende; como as feições da criança – o nariz chato, as narinas abertas, os lábios grossos, os olhos muito afastados, a ausência de sinnus frontal, etc. parecem-se, por certo tempo, com as feições dos selvagens, assim como se assemelham também os seus instintos (Spencer, 1927 apud Guedes, 1999, p. 113).

Mais do que o positivismo, ou uma interpretação spenceriana do evolucionismo, o cientificismo constituía a marca maior da produção do periódico, a crença no poder da ciência na regeneração social por-

13. A posição de Spencer diferencia-se da de Darwin, que sempre recusou estender o conceito de evolução, relativo aos domínios da biologia, a outros campos do saber, rejeitando a possibilidade de postulação de uma lei geral da evolução. A esse respeito, vide Ingold (2003).





tuguesa, através de uma educação nacional fundada nos pressupostos epistemológicos da época. No dizer de Catroga:

a ação tinha de ter [de transformação da sociedade portuguesa] uma índole cultural e, por consequência, a educação das elites aparecia-lhe como uma tarefa inadiável [...] a realização de tal desiderato passava pela concretização de um plano educativo inspirado, em última análise, no espírito positivo e na ordenação sistematizada de saberes. Só assim a cultura poderia vencer a natureza e a evolução poderia objetivar-se como verdadeiro progresso (1998, p. 106).

Progressivamente a revista deslocou seu referencial analítico de um modelo marcadamente positivista para uma filiação ao discurso médico-higienista, esse também marcado por uma postura científicista. Deslocamento que reflete a posição de destaque que o saber médico ocupava na definição da ciência da educação. Para Ferreira:

era preciso determinar as condições de desenvolvimento da criança e isto era função reservada à medicina [...] possuindo um discurso sobre o desenvolvimento da criança adequado à concepção científica da época, a medicina alarga o seu campo de ação e seu poder de intervenção (2002, p. 103).

De uma leitura fundada na biologia e em uma perspectiva historicista comtiana, passa a assumir centralidade a veiculação de preceitos médico-higienistas, no diálogo com a antropometria emergente, alterando-se a percepção e análise dos processos de desenvolvimento humano e de organização do campo pedagógico. Como afirma Ramos do Ó referindo-se a Bethencourt Ferreira, médico e editor da revista a partir de 1895:

Bethencourt Ferreira não tinha problemas em afirmar que no seu entender eram os médicos, enquanto classe dirigente, aqueles que deviam “influir, com o seu saber e sua autoridade, para o planejamento e remodelação dos processos educativos e de ensino” (1899, p. 147 apud Ó, 2003, p. 276).

Como indicado anteriormente, nos primeiros números da revista defendia-se o estudo dos processos de evolução histórica da humanidade,





Maria Cristina Soares de GOUVEA

que deveria sustentar a compreensão das fases de desenvolvimento do indivíduo, para melhor organizar o trabalho pedagógico. Aos poucos, foi-se delineando uma perspectiva diferenciada, de cunho empiricista, voltada para construção de estratégias de investigação centradas no estudo da criança concreta, através da mensuração dos seus caracteres anátomo-fisiológicos, definidos por seu pertencimento sociorracial. Esse deslocamento reflete a centralidade da relação raça/história na produção do conhecimento do século XIX, em que tais eixos constituem elementos catalizadores na apreensão dos mais distintos fenômenos. Verifica-se, portanto, a mudança paulatina nos paradigmas de análise dos processos de desenvolvimento humano, de um olhar historicista de base positivista, para uma perspectiva fundada na análise das diferenças raciais, o que fez deslocar a força do ideário comtiano, embora este mantivesse sua marca na postulação de uma ciência objetiva.

O conceito de raça, na segunda metade dos Oitocentos, passou a agregar em torno de sua formulação os mais distintos campos de investigação, marcando uma acepção racializada do estudo dos fenômenos individuais, sociais e históricos¹⁴.

De acordo com o periódico, na organização das práticas pedagógicas, o tipo e a quantidade de trabalho a ser desenvolvido com crianças teria como categorias balizadoras a idade e a raça:

a experiência dos pedagogistas corroborada pela prática dos mestres chega às seguintes conclusões quanto à capacidade de trabalho mental das crianças na escola: para cada idade como para as diferentes raças há uma capacidade diversa de trabalho. Tudo que exceda esse limite de capacidade é prejudicial (*REE*, 1900, p. 141).

Na verdade, nos termos da ciência psicogenética nascente, tornava-se fato científico a afirmação da relação entre os processos de desenvolvimento individuais e as distintas capacidades raciais. A obra clássica de

14. Como comenta Hobsbawm (1998a), nunca é demais afirmar a força desse discurso no século XIX.





Baldwin, *Mental development in the child and the race* (1895), expressa no título tal perspectiva (vide Gouvea; Gerken, 2010).

Para estudo dos processos de desenvolvimento do indivíduo, entendido como espécime da raça, foi fundamental o diálogo com outros campos do conhecimento, capazes de munir a psicogenia de ferramentas conceituais e estratégias metodológicas de investigação identificadas com a perspectiva de uma ciência positiva. Neste sentido, ao buscar mensurar as competências psíquicas individuais, a estatística social de Quetelet constituiu referência constante no periódico.

Quetelet chegou a fazer a construção gráfica, calculada segundo as ordenadas da fórmula do binômio de Newton que dá com aproximação a estatística de certos fenômenos, tais como a distribuição da população por idade, a tendência para o crime, o talhe e o peso dos indivíduos (*REE*, 1886, p. 8).

Quetelet desenvolveu estudos em diferentes campos, mas foi o primeiro a construir padrões de medida objetivos e quantificáveis aplicados ao desenvolvimento humano, estabelecendo uma relação entre crescimento físico e raça/origem social. O estatístico mediu o crescimento de um grupo de escolares, comparando os processos de desenvolvimento físico, formulando a hipótese, estatisticamente sustentada, de que haveria uma diferença na evolução do crescimento de crianças de diferentes classes sociais.

Seu estudo foi pioneiro e contribuiu para a estruturação da antropometria, forjando posteriormente o conceito de homem normal (*average man*). Se os fenômenos analisados eram parte constitutiva da natureza humana, estatisticamente verificáveis, seria possível determinar os padrões de normalidade física e intelectual de uma dada população. O comportamento individual poderia, para o autor, ser comparado ao coeficiente comportamental do homem padrão (*average man*), que poderia ser graficamente visualizado pelo mapeamento na população do desenvolvimento normal das características físicas e morais. Na visão de Quetelet, as qualidades físicas e mentais seriam propriedades reais de um povo ou raça, não os entendendo como conceitos abstratos. Seu





Maria Cristina Soares de GOUVEA

trabalho contribuiu para a afirmação, característica do século XIX, de um substrato cognitivo nas diferenças raciais.

Em um artigo da revista afirmava-se que:

[...] descobriu-se uma lei do crescimento físico dos indivíduos, os quais numa sociedade dada, repartem-se em grupos simétricos [...] não haverá uma lei semelhante no que pode chamar-se crescimento psíquico em especial, no crescimento intelectual? A regularidade de certos fenômenos sócio-morais revelada pela estatística permite a hipótese de que as aptidões e a inteligência se repartem segundo determinadas leis. Assim funda-se a distinção de grupos ou classes sociais, que de forma alguma é incompatível com princípios democráticos cientificamente assentes e dessa distinção resulta a necessidade de um sistema de educação largo, complexo, o qual desenvolvendo o espírito dos que tem mais elevadas aptidões sociais, os ponha na altura de funções públicas superiores e seja ao mesmo tempo meio de seleção, barreira invencível aos mediócras, que poderão ser aproveitados em carreiras mais modestas. A parte capital desse sistema de educação é a educação secundária (*REE*, 1891, p. 184).

O texto expressa a importância da fundamentação estatística na construção de padrões de estudo das faculdades mentais, destacadamente a inteligência, base para a psicometria do século XX. Como afirma Ramos do Ó (2003, p. 295): “ainda que muito incipiente nesta altura, a estatística mostrava já suas enormes potencialidades. Era claramente um importantíssimo instrumento de governo racional da população escolar, de construção de uma nova realidade”.

Além disso, o texto reafirma o papel da educação secundária, lócus de seleção social e de recrutamento para as funções públicas, em um segmento escolar voltado para a produção e reprodução das elites. A ciência da psicologia, com seus instrumentos e técnicas de medição das competências cognitivas, forneceria o substrato científico para a organização da vida escolar e social.

Porém, ao longo do período, não haviam sido ainda construídos os instrumentos psicológicos de medida que iriam conferir identidade a esse campo de saber na primeira metade do século XX. Ao final dos





Oitocentos, era o saber antropométrico que iria sustentar os estudos sobre desenvolvimento humano, recorrendo-se aos conhecimentos anátomo-fisiológicos na análise e medição dos fenômenos psíquicos. Verifica-se na revista o que Catroga define como: “a defesa da redução da realidade psíquica à realidade fisiológica” (1998, p. 106).

De acordo com tal perspectiva seria possível construir uma escala dos fenômenos intelectuais e morais, definindo padrões de normalidade estatisticamente mensurados e racialmente recortados. Observa-se, portanto, que a fundamentação estatística (ao garantir a cientificidade dos procedimentos metodológicos) e a antropologia biológica (ao sustentar o conceito de raça) passaram a constituir os eixos explicativos do estudo dos processos de desenvolvimento do aluno, com forte impacto na produção do periódico.

Verifica-se, no discurso da revista, uma transposição dos conhecimentos antropométricos para o interior do espaço escolar, a serem apreendidos pelos professores e traduzidos em práticas de medição dos caracteres físicos, mentais e morais da população discente. Como afirma o periódico:

o conhecimento antropológico do aluno em seus caracteres orgânicos e psíquicos é uma condição essencial do bom resultado de qualquer método de ensino. Para chegar ao desejado conhecimento do aluno se propõe o exame antropológico [...] este exame deve ser feito quando a criança entra pela primeira vez na escola, repetindo-se em períodos convenientemente determinados formando uma tabela pela qual se constata o desenvolvimento natural e educativo do aluno (*REE*, 1899, p. 289).

O desenvolvimento sistemático de práticas antropométricas deveria não apenas fundamentar a avaliação dos alunos, mas a definição de práticas escolares e políticas educacionais. “Só deste modo (medição antropométrica) se pode efetivamente decretar reformas de ensino e escolher métodos, avaliar professores e apreciar discípulos” (*idem*, *ibidem*).

Os instrumentos e rituais de medida eram apresentados pela revista, instruindo-se o professorado quanto à sua realização. Os docentes deveriam efetuar o registro quantitativo dos caracteres fisiológicos do aluno,





Maria Cristina Soares de GOUVEA

destacando-se a medição encefálica, indicativa da capacidade cognitiva. Além disso, destacava-se o registro de dados como: “altura, forma do nariz e direção da narina [que tem muita importância do ponto de vista étnico], tipo de cabelo, grau de desenvolvimento intelectual [o qual pode pôr em relação com as formas e medidas da cabeça]” (idem, p. 186).

Se tais eixos epistemológicos sustentavam a análise dos processos de desenvolvimento do aluno, sendo divulgados pela revista como norteadores da organização das práticas escolares, o periódico iria também estender sua reflexão na apreensão da singularidade do alunado português. Foi na recepção das reformas de ensino levadas a efeito na última década dos Oitocentos, especialmente a do ensino secundário, que as discussões acerca da identidade do aluno lusitano ganharam força.

A caracterização do aluno português

As representações sobre o aluno português presentes no periódico associavam-se principalmente às discussões sobre as reformas do ensino secundário. O periódico apresentou, em termos gerais, uma postura crítica em relação aos seus fundamentos, como de resto parece ter caracterizado a recepção da reforma nos meios intelectuais e educacionais lusitanos¹⁵.

Na sustentação das críticas, a revista considerou haver uma incompatibilidade do modelo proposto, fundado na organização do ensino alemão, com o perfil do alunado português, bem como nas consequências desastrosas da reforma, expressas nos altíssimos índices de reprovação nos exames. Para Barroso (1999, p. 26):

15. Cabe destacar que mesmo apresentando uma postura crítica em relação à Reforma, a revista teve uma posição de comentários mais pontuais, diferente da expressa, por exemplo, pela educação nacional, que rejeitou com veemência os princípios, condução e efetivação da Reforma. Talvez essa postura se relacione ao fato de colaboradores da revista, como Adolfo Coelho, terem participado da elaboração da proposta.





A produção histórica de categorias de apreensão

a tentativa de aplicação da Reforma Jayme Moniz provocou uma imediata reação por parte quer das famílias dos alunos, quer dos professores que denunciavam a importação de modelos estrangeiros não adaptados à natureza dos alunos portugueses e o excesso de rigidez e formalismo que a sua aplicação pressupõe.

A reforma Jayme Moniz, entre outros elementos, significou ampliação e intensificação do tempo e trabalho escolar, com aumento da carga horária das disciplinas, introdução de conteúdos e disciplinas anteriormente ausentes, maior exigência nos exames. Claramente inspirada no modelo germânico, propunha-se um ensino de base humanista, aumentando a duração do curso secundário.

Na análise da proposta curricular, os artigos, via de regra, mostravam-se críticos quanto à possibilidade de sua efetivação. Para isso, dialogavam com a produção mais recente dos especialistas da educação de outros países, como também contemplavam aspectos relativos ao sistema de ensino e à caracterização do alunado português. Os textos da revista estabeleciam suas críticas fundadas em duas linhas argumentativas: a singularidade do alunado português (devido a sua composição sociorracial) e as consequências da intensificação do trabalho escolar na saúde física e psíquica da população escolar.

No que se refere à composição sociorracial, estabelecia-se uma análise comparativa entre o alunado português e o alemão, em que se dava destaque às diferenças entre tais povos/raças, explicativas de desigualdades nas condições de aprendizagem escolar. Em um dos artigos da revista a questão foi assim contemplada:

a nova orientação da educação secundária poderá dar os mais salutares resultados na Alemanha, mas entre nós, um povo bem diferente na raça, nas tradições, nos hábitos e costumes e até numa peculiar organização social bastou apenas a experiência de um ano para nos trazer a convicção de seus contraproducentes e perniciosos efeitos (*REE*, 1896, p. 125).

O aluno lusitano, por sua herança racial latina, seria dotado de condições inferiores de aprendizagem: “Nós, os povos latinos, somos talvez





Maria Cristina Soares de GOUVEA

uma raça enfraquecida, uma raça destinada a extinguir-se num futuro remoto, ou pelo menos a sermos absorvidos por outras raças mais fortes e menos enfraquecidas” (REE, 1887, p. 24).

Na análise do perfil do aluno português, observa-se a presença do discurso desqualificador da população e da nação, que atravessou a produção intelectual lusa ao longo do século XIX, no que se configurou como o “decadentismo”. Segundo Pires (1992, p. 18), essa visão de decadência só pode ser entendida no contexto de um período histórico que se afirmou como realização do progresso: “ não será por acaso que a decadência como categoria de análise histórica se aviva no século XIX, quando a ideia e a crença no progresso se desenvolvem fortemente”.

A representação da sociedade e do povo português como decadente aparecia já em Alexandre Herculano, na primeira metade da centúria. Herculano identificava no período medievo português a riqueza da herança lusa, corrompida com o fracasso da Revolução Liberal. Para Pires (1992, p. 22): “Herculano busca no passado um refúgio e uma consolação para um presente de liberal decepcionado”.

Porém, é com a chamada Geração de 70, designação que articula a produção dos jovens intelectuais que exprimiam seu desencanto com a contemporaneidade portuguesa, buscando compreender suas raízes, que se definiu mais propriamente o decadentismo. Eram seus principais representantes Antero de Quental, Adolfo Coelho, Oliveira Martins, Eça de Queiroz, que em suas diferentes áreas de atuação, quer científica, quer literária, quer educacional, expressavam um sentimento de decadência material, cultural e moral que caracterizaria a centúria lusitana, seu descompasso em relação aos demais países centro-europeus, tidos com sede do ideal civilizatório não realizado em Portugal.

Em torno da ideia de decadência, definida por Antero de Quental como: “declínio ou deterioração das qualidades de uma civilização e uma cultura” (apud Pires, 1992, p. 18), diversos autores em sua produção científica, estética e política construíram um duro diagnóstico da Nação. Essa produção foi marcada por um pessimismo que dialogava com o quadro de desencanto internacional, mas espelhava dimensões singulares, relativas ao contexto histórico-cultural português. Subjaz





aos autores a busca de explicações para o fenômeno da decadência, que Pires e Catroga identificam como formulados em termos históricos e/ou raciais, em que ambos os eixos interpretativos se fizeram presentes nas produções da chamada Geração de 70.

Com a década de 1890, o termo povo português e a explicação de cunho historicista para a decadência, presentes em Herculano e Qüental, foram progressivamente sendo substituídos pelo termo “raça”, caracteristicamente em Oliveira Martins. Essa ordem explicativa, bem como uma apreensão racializada das questões pedagógicas, fez-se cada vez mais presente na revista, em seus últimos exemplares. A inferioridade da raça era considerada um dos elementos causadores da má qualidade do ensino português, sendo também indicativa da inadequação da reforma de inspiração germânica ao povo lusitano, como já indicado. Segundo Vieira de Almeida (1948, p. 49 apud Proença, 1985, p. 230):

na segunda metade do século XIX talvez como uma reação em parte justa, em parte exagerada contra certa exclusividade da cultura francesa a atenção começou a voltar-se para Além Reno; e a posição contrária que veio a exacerbar em vez de basear-se na seleção, independência e crítica, assentou-se quase sempre em razões de aspecto metafísico, sobre a diversidade de temperamento e de raça.

O argumento da inferioridade racial encontrava expressão não apenas em Portugal, mas em outros países europeus. Para Catroga:

o apelo romântico ao regresso às origens recorria cada vez mais a discutíveis argumentos étnicos, fundamento que se foi gradualmente impondo na intelectualidade europeia, embora existisse divergências no que respeita às divisões internas da raça ariana, ao povo que está dentro dela (ou estará) na vanguarda, às consequências políticas que se poderiam extrair do arianismo (1998, p. 121).

O discurso racial, além de ter sustentado o diagnóstico do atraso escolar português e a crítica ao modelo proposto pela reforma, passou a figurar como elemento central de caracterização do alunado, por parte





Maria Cristina Soares de GOUVEA

dos especialistas. Caberia à escola produzir dados quantitativos referentes à sua população, capazes de diagnosticar o nível de desenvolvimento físico e mental, estabelecendo a partir daí políticas educativas e práticas pedagógicas adaptadas às peculiaridades sociorraciais lusitanas.

Para além da caracterização sociorracial do alunado português, que impossibilitaria a adoção de modelos educacionais forjados em outros contextos, fizeram-se presentes, com cada vez mais peso, artigos que discutiam em termos críticos as reformas, com base em outra linha argumentativa. Nesta direção, afirmavam-se os discursos fundados na crítica ao excesso de trabalho imposto pela reforma (ampliação do número de disciplinas, aumento da carga horária e o maior rigor nas avaliações), que provocaria o aparecimento de doenças associadas à intensificação do trabalho escolar. Esse eixo explicativo dialogava com a produção europeia de crítica à civilização e seus efeitos. Para entender melhor a força de tal representação na análise da educação portuguesa e no diagnóstico do aluno, cabe situar essa produção internacional.

Mal-estar da civilização

Se nos textos dos diferentes periódicos e obras pedagógicas, até meados da década de 1880, a escola era identificada com o progresso – como espaço privilegiado de aquisição de uma educação moral fundamental para o processo civilizatório, desenvolvendo o autocontrole – progressivamente o referencial analítico se desloca. Surgiu um discurso crítico, mesmo que difuso, em relação à escola e ao conceito de civilização, repercutindo um pensamento *fin de siècle* que caracterizou as últimas décadas dos Oitocentos na produção intelectual, científica e estética europeia.

Baumer (2002) e Hobsbawm situam essa perspectiva, indicando que, embora não tivesse um significado muito preciso, se referia ao sentimento de decadência das décadas de 1880 e 1890. No dizer de Hobsbawm (1998b, p. 358):





A produção histórica de categorias de apreensão

[...] se quisermos encontrar um denominador comum para os múltiplos aspectos da crise que atingiu praticamente todos os setores da vida intelectual depois dos anos 1870, este deve ser o fato de se de defrontarem com inesperados, imprevisos e muitas vezes incompreensíveis resultados do progresso. Ou para ser mais preciso, com as contradições que ele havia gerado.

Como indica Ferreira (2004, p. 83):

embora saibamos que o mundo não se altera porque surge um novo ano, não ignoramos o efeito sinalizador produzido por uma mudança de século. Independentemente da sucessão de fatos, a viragem do século sempre coloca uma expectativa interpretativa que não está presente do mesmo modo, noutras datas.

A configuração de um quadro de produção estética e científica em torno da ideia de decadência da civilização, embora não constituísse um movimento propriamente dito, tinha algumas características comuns. Observa-se, por um lado, uma reação ao cientificismo do período, por parte de autores antipositivistas, que criticavam o culto da ciência e a imagem do mundo que esta projetava, levantando dúvidas quanto à qualidade de vida e da civilização modernas (Baumer, 2002). Por outro, uma produção situada na medicina higienista que, apesar de identificada com o modelo cientificista positivista, se voltava para análise das consequências do progresso para o bem-estar físico e mental dos indivíduos.

Essa representação decadentista de sociedades anteriormente identificadas (e principalmente autoidentificadas) como “berço da civilização” foi, segundo Pires (1992), progressivamente sendo apreendida como expressão de uma degenerescência das raças europeias. Verifica-se, novamente, a força do termo “raça” na análise dos mais distintos fenômenos socioculturais, em que a degenerescência racial teria sua tradução em uma sintomatologia psíquica. António Maria de Sena, intelectual português, expunha nos seguintes termos a questão: “A degeneração da raça e principalmente das castas superiores predispondo para a loucura é,





Maria Cristina Soares de GOUVEA

como indico, um fato geral e indiscutível na sociedade europeia” (1884 apud Pires, 1992, p. 106). Para Nordau, médico húngaro cuja produção teve grande circulação no período, o *fin de siècle* deveria denominar-se *fin de race* (apud Pires, 1992).

No interior da educação, a perspectiva de análise crítica da civilização e seus efeitos foi absorvida à luz do discurso médico-higienista de questionamento da organização espaço-temporal da escola, causadora de males físicos (como a miopia) e mentais (apatia e fadiga). Esses fenômenos foram estudados por médicos e psicólogos de distintos países, voltados para a compreensão dos efeitos da ampliação da escolaridade na população, conferindo a esses especialistas legitimidade para influir de maneira direta na organização dos sistemas escolares.

As críticas aos efeitos negativos da escola sobre o desenvolvimento da criança e do jovem fundavam-se no diagnóstico da instituição escolar como espaço de estimulação excessiva, que levaria à superexcitação nervosa. Ao incidir sobre o aluno, tais fenômenos seriam explicativos, tanto dos baixos índices de desempenho, como do aparecimento de doenças físico-mentais. No caso português, tais fenômenos teriam sido potencializados em decorrência da implementação da reforma de 1895.

Ao longo da existência do periódico, progressivamente os termos “fadiga” e “apatia” foram sendo associados às modificações trazidas pela Reforma. Esta teria como consequência o adoecimento físico-mental imposto pela nova ordenação do ensino secundário. Principalmente os artigos de Bethencourt Ferreira faziam referências aos prejuízos da civilização à saúde física e mental da população, expressos no surgimento e aumento de doenças e afecções nervosas, fruto da superexcitação característica das sociedades contemporâneas e, especificamente, das condições de salubridade determinadas pela organização espaço-temporal da escola. Souza (2004, p. 30) elenca oito artigos do autor sobre o tema, ao longo da existência da publicação.

No dizer de Bethencourt Ferreira (*REE*, 1891, p. 35):

a educação seja pelo requinte pseudocivilizador que exalta os centros nervosos
contribui grandemente para um futuro mórbido [...]





A produção histórica de categorias de apreensão

a escola como equivalente da estufa ou viveiro dá produtos de degenerescência que são o resultado mais contraproducente da civilização moderna, deste pretendido progresso humano que nos leva por vezes a um pessimismo doloroso e desolador em vez de nos conduzir a um aperfeiçoamento que de certo já teríamos chegado nossa espécie, se vários elementos perturbadores não influenciassem sua evolução.

Percebe-se que a questão foi adquirindo progressivamente mais espaço no interior do veículo, deslocando a força de temas como a criminalidade, que ocupava espaço considerável em números anteriores¹⁶:

A geração moderna da Europa se distingue principalmente por seu estado anêmico e pela excitabilidade de todo seu sistema em geral... o declínio manifesta-se de maneira mais acentuada nas pessoas pertencentes às classes superiores e mais civilizadas da sociedade, que nas classes inferiores (*REE*, 1891, p. 453).

Considerando que a decadência analisada contemplava mais destacadamente as classes europeias superiores, os efeitos desse fenômeno no contexto escolar seriam característicos da educação secundária, nível de ensino voltado para tal população. Em um artigo da revista esta questão aparece:

[...] nos alunos principalmente da terceira classe dos ginásios, na idade de 12 a 14 anos, parece que as anomalias aumentam com a idade... a escola exerce e pode exercer de fato influência deletéria sobre a saúde e sobre o desenvolvimento das crianças na idade escolar (*REE*, 1891, p. 80).

-
16. É importante analisar a relação entre os autores dos artigos, revelando relações de poder no interior do veículo. Assim é que Ferreira Deusdado, autor dos artigos sobre criminalidade e escola, editor do periódico, tem seu espaço reduzido nos últimos anos da publicação, adquirindo maior força não apenas a temática relativa à higiene escolar, mas as referências constantes a Bethencourt Ferreira.





Conclusão

O estudo dos diferentes contextos nacionais, no interior do movimento internacional de afirmação da escola característico do século XIX, permite-nos apreender as dinâmicas culturais de circulação e apropriação de discursos e práticas educacionais, significadas a partir das especificidades nacionais.

No caso de Portugal, conjugam-se nesse período histórico a afirmação do atraso português na efetivação da escola elementar, ao mesmo tempo em que a pauta político-educativa tomou como foco central a estruturação da educação secundária. Pauta esta definida pelas demandas educativas das elites e classes médias nacionais, bem como pela eferescência em torno do ensino secundário no contexto centro-europeu.

Por outro, a produção e circulação de saberes científicos ao longo do período, que conferem à centúria uma cientificidade característica, imprimiram também suas marcas na produção da intelectualidade local, fortemente influenciada pelas doutrinas positivista, evolucionista e pela antropometria.

É interessante destacar que o estudo de um contexto específico (Portugal), em um recorte temporal destacado (duas últimas décadas do século XIX), permite-nos apreender as singularidades de tal momento histórico. Observa-se a emergência do discurso racial na apreensão dos processos de desenvolvimento do aluno e na análise de seu desempenho escolar. Discurso este capaz de catalisar em torno de sua formulação (imprecisa e ideologizada) a produção científica do período, notadamente no campo das ciências humanas e sociais.

Observa-se também a influência dos movimentos intelectuais e estéticos de crítica ao ideário civilizatório e de afirmação do progresso que marcou a centúria. Movimentos que conferiram um caráter diferenciado ao final dos Oitocentos, tendo profundo impacto na produção intelectual das primeiras décadas do século XX.

Os movimentos de afirmação das distintas disciplinas científicas, com deslocamento das relações saber/poder, demonstram que a legitimidade dos diferentes campos do conhecimento eram fundados não apenas





(ou propriamente) na sua sustentação heurística. Na verdade, espelhavam o prestígio social dos autores dos discursos, representantes dos grupos profissionais situados em diferentes campos do conhecimento. Neste sentido, os especialistas (mais exatamente os médicos) conformaram à época um grupo profissional capaz de projetar-se como detentor do saber científico afinado com as demandas da moderna pedagogia. No dizer de Ferreira (2002, p. 103):

num mundo cada vez mais favorável ao positivismo, a medicina aparece como discurso científico especialmente vocacionado para abarcar tudo que dissesse respeito ao desenvolvimento da criança[...] com a aposta na escolarização era uma frente de intervenção que se abria.

Nos percursos históricos de conformação da ciência pedagógica, assiste-se à época ao progressivo delineamento da psicologia, definido como domínio capaz de conferir sustentação científica ao ideário meritocrático. A psicologia progressivamente, através da construção de práticas de medida das competências intelectuais, compreendidas como atributos individuais, social e racialmente recortados, garantiu esse lugar de saber/poder. Se, no período estudado, os caracteres anátomo-fisiológicos eram compreendidos como indicativos das capacidades cognitivas, faziam-se já presentes os referenciais ideológicos que deram sustentação às formulações e aos instrumentos da psicometria e psicologia genética da primeira metade do século XX. Campos estes que informaram uma nova apreensão do aluno, fundada em um saber voltado para o estudo dos fenômenos mentais, compreendidos como distintos dos fisiológicos.

Os conceitos de aptidão individual e de distribuição desigual dos atributos cognitivos eram já presentes, demandando apenas o instrumental técnico de sua apreensão e medida, construção da psicologia do século XX. No discurso da revista, essa questão surge com cada vez maior centralidade:

a igualdade dos direitos civis e políticos deve completar-se pelas igualdades dos mesmos direitos econômicos (que não é a igualdade econômica). A educação do povo é condição indispensável para estas conquistas. Mas o que





Maria Cristina Soares de GOUVEA

a educação nunca poderá fazer é a igualdade de aptidões, de inteligências, proclamadas em vão por filósofos abstratos, podendo hoje afirmar-se como certo que as desigualdades de aptidões e da inteligência é que é a lei natural (REE, 1891, p. 275).

Referências bibliográficas

BARROSO, João. A influência do regime de classes na organização pedagógica e administrativa do liceu. In: FERNANDES, R.; MAGALHÃES, J. (Org.) *Para a história do ensino liceal em Portugal*. Braga: Sociedade Portuguesa de História da Educação/ Universidade do Minho, 1999.

BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno: volume 2, séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 2002.

BOTO, Carlota. O professor primário português como intelectual: “eu ensino, logo existo”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto História das Ideias/Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, vol. 24, 2003.

CATROGA, Fernando. Positivistas e republicanos. In: CATROGA; TORGAL; MENDES. *História da história em Portugal: séculos XIX-XX*. Coimbra: Temas e Debates, 1998.

COMTE, August. A filosofia positivista e o estudo da sociedade. In: GARDINER, P. *Teorias da história*. Lisboa: Gulbekian, 1995.

ESCOLANO, A. Los profesores en la historia. In: MAGALHÃES, Justino; ESCOLANO, Artur (Org.) *Os professores na história*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1999.

FERNANDES, Ana Lucia. *A “santa causa da instrução” e o “progridimento da humanidade”*. *Revistas pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do século XIX*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. *A construção do conhecimento pedagógico: análise comparada de revistas de educação e ensino Brasil-Portugal (1880-1930)*. Tese (Doutorado) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.





FERREIRA, António Gomes. Higiene e o investimento médico na educação da infância In: GONDRA, José (Org.) *História, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

_____. Menores em risco social e delinquentes no século XIX e princípios do século XX à luz da legislação portuguesa. In: Faria FILHO, L. (Org.) *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GAY, Peter. *O século de Schintzer*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GARNEL, Maria Rita. O poder intelectual dos médicos do final do século XIX e início do século XX. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto História das Ideias/Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, vol. 24, 2003.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Escritos sobre o aluno da escola portuguesa: autores e discursos (1875-1900). In: CONGRESO CULTURA ESCRITA, 5, 2005. Alcalá de Henares: Universidad Alcalá, 2005. Mimeografado.

_____. Discursos, saberes e poder: estudo de escritas de professores e especialistas nas revistas educacionais portuguesas (1880-1900). *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: Universidade do Minho, n. 21, 2008.

GOUVEA, Maria Cristina; GERKEN, Carlos Henrique. *Desenvolvimento humano: história, conceitos, polémica*. São Paulo: Cortez, 2010.

GUEDES, António José de Oliveira. *Evolucionismo e educação: a filosofia da educação no positivismo evolucionista de Herbert Spencer*. Porto: Asa, 1999.

HOBBSAWM, E. *A Era das revoluções*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998a.

_____. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 1998b.

INGOLD, Tim. A evolução da sociedade. In: FABIAN, A. (Org.) *Evolução: sociedade, ciência e universo*. Bauru: Edusc, 2003.

NÓVOA, António. *A imprensa de educação e de ensino: repertório analítico* (séculos XIX e XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

_____. *Evidentemente – Histórias da Educação*, Porto: Edições ASA, 2005.

_____. (coord.). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições ASA, 2003.





Maria Cristina Soares de GOUVEA

Ó, Jorge Ramos do. *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal*. Lisboa: Educa, 2003.

PIRES, António Machado. *A ideia de decadência na geração 70*. Lisboa: Veja, 1992.

SPENCER, Herbert. *Principles of psychology*. 5. ed. Paris, Felix Acour Editeur, 1903 (1. ed. 1855).

_____. *Educação intelectual, moral e física*. 3. ed. Porto: Livraria Chardon de Lello & Irmãos, 1927.

PROENÇA, Maria Cândida. *A Reforma de Jayme Moniz*. Lisboa: Colibri, 1985.

QUETELET, Adolf. Disponível em: <<http://psychclassics.yorku.ca/Quetelet/htm>>.

SOUZA, Cynthia Pereira. *Infância, pedagogia e escolarização: a mensuração da criança transformada em aluno, em Portugal e no Brasil (1880-1960)*. *Cadernos Prestige*, Lisboa: Educa, n. 23, 2004.

Endereço para correspondência:

Maria Cristina Soares de Gouvea

Rua Grão Pará, 981, ap. 903

São Lucas

Belo Horizonte-MG

CEP: 30150-341

E-mail: crisoares43@yahoo.com.br
cristina.gouvea@pesquisador.cnpq.br

Recebido em: 16 mar. 2010

Aprovado em: 3 jan. 2011

